

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.237 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2001

Agenda da Semana

Nova Mesa do Senado será eleita na quarta-feira

Com dois candidatos já lançados à Presidência e a possibilidade de surgimento de novos nomes, a escolha ocorrerá em reunião preparatória da nova sessão legislativa. No mesmo dia serão eleitos dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes



Plenário escolherá na quarta-feira os sete integrantes e quatro suplentes da Mesa do Senado

O Senado realiza quarta-feira duas reuniões preparatórias da nova sessão legislativa, nas quais serão eleitos os componentes da Mesa que dirigirá os trabalhos no biênio 2001/2002. Na primeira reunião, os senadores elegerão o novo presidente, cargo para o qual já foram lançados os senadores Jader Barbalho e Jefferson Péres, existindo possibilidade de surgimento de outros nomes. Na segunda reunião, serão eleitos dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes.

A eleição dos novos integrantes da Mesa será feita em escrutínio secreto e o eleito deverá obter a maioria dos votos, presente a maioria da composição do Senado (41 dos 81 senadores). A posse dos eleitos é imediata.

PÁGINA 4

Plenário vota mudança na punição de servidor por prejuízo à Previdência

PÁGINA 3

COMISSÃO OUVIRÁ MARTUS TAVARES SOBRE CORTES NAS EMENDAS DO CONGRESSO AO ORÇAMENTO

PÁGINA 3

Parlamentares discutem embargo com canadenses

Comissão formada por três senadores e quatro deputados foi designada pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, para discutir com parlamentares do Canadá o boicote daquele país à importação de carne brasileira. O objetivo da missão, sugerida pelo deputado Fernando Gabeira, é mostrar aos canadenses que o rebanho do Brasil não está contaminado pela doença da vaca louca.

PÁGINA 2



Romero Jucá destacou a coragem das autoridades diante do boicote à carne brasileira

Brasil reage com firmeza, diz Jucá

PÁGINA 2



Audiência pública discutirá o fim do passe

A CPI do Futebol realizará no dia 22 uma audiência pública para discutir o fim do passe, que, de acordo com a legislação em vigor, ocorrerá em 25 de março. A CPI deve recomendar amanhã a tomada de depoimentos com a presença dos ex-dirigentes do Vasc o da Gama João Manuel de Almeida e Agathyrno da Silva Gomes.

PÁGINA 3

Comissão irá ao Canadá para discutir o embargo

Três senadores e quatro deputados foram designados para tratar com parlamentares canadenses do boicote à importação de carne brasileira, mostrando que o rebanho do Brasil não está contaminado pela doença da vaca louca

Comissão formada por três senadores e quatro deputados foi designada para discutir com parlamentares do Canadá o boicote daquele país à importação de carne brasileira. O objetivo da missão é mostrar aos canadenses que o rebanho do Brasil não está contaminado pela doença da vaca louca.

A comissão foi designada pelo senador Antonio Carlos Magalhães ao presidir a sessão do Congresso Nacional realizada na última quarta-feira, quando a ida de parlamentares ao Canadá foi sugerida pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Além



Antonio Carlos disse que a comissão viajará ao Canadá para encontro com parlamentares

de Gabeira, integram a comissão os senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Osmar Dias (PSDB-

PR); e os deputados Rubens Furlan (PPS-SP), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) e Ronaldo Caiado (PFL-GO). Esses parlamentares têm grande conhecimento e experiência em questões do setor agropecuário.

A comissão deverá ir nesta semana ao Canadá para realizar encontro com parlamentares daquele país, a fim de ter uma oportunidade de explicar melhor, ao Parlamento e à opinião pública canadenses, a situação de nossa pecuária em relação à doença da vaca louca e seus reflexos sobre os negócios brasileiros, informou Antonio Carlos Magalhães em plenário.

Governo e Congresso mostram firmeza, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) enalteceu a coragem e a firmeza com que, em sua opinião, o governo brasileiro e os presidentes do Senado e da Câmara posicionaram-se diante do boicote imposto pelo Canadá à carne brasileira.

Ele lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso fixou prazo de 15 dias para que o governo canadense retificasse sua posição quanto à carne brasileira. Registrou também que o senador Antonio Carlos Magalhães já determinou a ida ao Canadá de uma comissão que participará das negociações com o

objetivo de pôr fim às acusações de que parte do gado brasileiro estaria contaminada pelo mal da vaca louca. A comissão é formada pelos senadores Iris Rezende (PMDB-GO), Jonas Pinheiro (PFL-MT) e Osmar Dias (PSDB-PR), todos com larga experiência no setor agrícola, e quatro deputados.

Para Jucá, o Canadá precipitou-se e foi até "irresponsável" ao garantir que parte do gado brasileiro estaria contaminado pelo mal da vaca louca. A seu ver, as acusações não condizem com a verdade, cabendo ao governo e ao

Congresso sair em defesa do país, como estão fazendo.

— O Parlamento brasileiro estará ativo e altivo — observou.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE), apesar de reconhecer o esforço do governo para conduzir a crise, sugeriu a suspensão de todas as importações canadenses. Ele observou que o Canadá possui superávit comercial em relação ao Brasil e chega a colocar no mercado nacional centenas de produtos supérfluos que poderiam ser muito bem substituídos por outros, oriundos da indústria brasileira.

Projeto de Osmar Dias acaba com free shops

O Senado deve votar ainda este ano projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que acaba com a isenção tributária que contempla as mercadorias estrangeiras compradas em *free shops*, fechando essas lojas. O senador considera paradoxal que brasileiros que viajam ao exterior possam comprar supérfluos livres de impostos ao retornar ao Brasil, quando alimentos como arroz e feijão não gozam da mesma isenção tributária.

Se aprovado, o texto terá 120 dias para entrar em vigor, prazo que o parlamentar considera suficiente para que essas empresas, situadas em aeroportos e áreas portuárias, vendam seus estoques ou devolvam as mercadorias mantidas em consignação. O projeto se encontra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Vai depois para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e para a de Assuntos Econômicos (CAE), onde será decidido em votação terminativa.

Osmar Dias afirmou que, enquanto a população pobre paga tributos que superam um terço do preço final de produtos como alimentos,



Osmar Dias critica isenção para os cidadãos de alta renda comprarem "quinquilharias"

edificamentos, luz elétrica, vestuário e transporte, "cidadãos de alta renda compram, livres de impostos, cigarros, bebidas, perfumes, relógios e outras quinquilharias".

Ele também argumentou que os países desenvolvidos, como os da Europa Ocidental, Estados Unidos (à exceção do Havaí), Canadá e Japão, nunca tiveram *free shops* para os viajantes que retornam ao país. Suas lojas francas só vendem mercadorias para os passageiros que estão saindo. E, no caso da União Européia, seus cidadãos não têm direito à isenção de impostos, sequer na saída.

Senador defende programa para aposentados

A criação de um programa destinado a reinserir os aposentados na vida econômica e social do país foi defendida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ao registrar ter participado de sessão comemorativa ao Dia do Aposentado, realizada na última quinta-feira, no plenário da Câmara, o senador disse que milhares de aposentados não têm muito o que comemorar em virtude da ausência de uma política

séria para o pessoal da terceira idade, a começar pelo pagamento de um salário digno.

Jucá cobrou também a melhoria das condições de atendimento médico aos idosos. Mas reconheceu que o governo dá sinais de sensibilidade em relação à situação precária em que vive a maioria dos aposentados, ao garantir aos cidadãos os remédios genéricos que, além de serem de boa qualidade, têm preços mais

baixos do que os convencionais.

Em aparte, o senador Carlos Wilson (PPS-PE) cobrou do Congresso Nacional a aprovação de leis que realmente tragam benefícios aos aposentados. Jucá concordou com as observações de Carlos Wilson e informou que irá propor à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a criação de uma subcomissão destinada a estudar, em profundidade, a questão dos idosos no país.



Romero Jucá lamenta a "ausência de uma política séria para a terceira idade"

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 103/2000, altera a redação do art. 41 da Lei nº 8.212/91, com a redação dada pela Lei nº 8.620/93 (infração por servidor contra a Previdência Social).

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: agenda em aberto

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão de Orçamento ouvirá Martus sobre corte de emendas

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, vai ser convidado pela Comissão Mista de Orçamento para explicar no Congresso o decreto do presidente da República que contingenciou gastos do Orçamento deste ano. Conforme a imprensa, o Executivo decidiu reduzir em R\$ 7,5 bilhões a previsão de receitas orçamentárias feita pelo Congresso.

O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), informou que as explicações do Executivo estão previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e devem ser fornecidas quando o governo alterar números do Orçamento aprovado pelo Congresso. Goldman acertará com o ministro a data de sua exposição aos parlamentares.

As consultorias de Orçamento e Fiscalização do Senado e da Câmara estão preparando nota técnica sobre o decreto. A imprensa noticiou que o governo discordou do aumento de R\$ 11,3 bilhões na previsão de receitas não-financeiras feitas pelo Congresso, aceitando um acréscimo de R\$ 3,8 bilhões. Com isso, uma parte das emendas do Congresso seria afetada.

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou que o Executivo não cortou as emendas dos parlamentares, como foi noticiado. Segundo ele, as emendas serão atendidas se houver aumento de receitas por



Lando conta com o aumento da arrecadação e o atendimento das emendas dos parlamentares

conta do combate à sonegação, como prevê o acordo feito entre o governo e o Congresso para elevar o salário mínimo de R\$ 151 para R\$ 180, a partir de abril.

Pelo acordo, se três leis de combate à sonegação, aprovadas pelos parlamentares e já em vigor, propiciarem aumento de arrecadação superior a R\$ 1,2 bilhão, o excedente será usado para bancar as emendas. A maioria delas destina-se a obras rodoviárias, à construção e recuperação de escolas ou postos de saúde.

Segundo o decreto, o governo trabalhará com uma receita não-financeira de R\$ 272,7 bilhões. O Congresso previu uma arrecadação de R\$ 280,23 bilhões. Além de reduzir em R\$ 7,5 bilhões essa previsão, o Executivo aumentou a estimativa de gastos com pessoal em R\$ 5,3 bilhões, sobretudo para bancar o aumento salarial dos militares, concedido no final de dezembro.

Despesas da União serão tema de série de audiências públicas

A Comissão Mista de Orçamento está preparando uma série de audiências públicas para discutir os gastos da União. Com a iniciativa, que inclui a distribuição de cartilhas e visitas a grandes obras nos estados, a comissão também pretende tornar o projeto orçamentário mais compreensível para a população. A agenda, já aprovada pelos líderes partidários, prevê debates sobre a dívida pública, o aumento da carga tributária no país, subsídios e incentivos fiscais.

A idéia foi apresentada pelo presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), e será colocada em prática nos próximos meses, quando a comissão examinará o projeto de revisão do Plano Plurianual, que estabelece as prioridades de investimentos federais até o final do ano 2003. O Congresso já aprovou o Plano Plurianual, mas o

assunto volta ao debate por conta de modificações que o Executivo fez no projeto.

Segundo Goldman, as audiências públicas se destinam a explicar aos parlamentares e à população assuntos que, por falta de informações, são tratados de forma deturpada. Um exemplo, acrescentou, é a dívida pública da União e o aumento da carga tributária. "A dívida federal cresceu por vários motivos, entre eles a rolagem das dívidas de estados e municípios."

O Orçamento de 2001 prevê que a dívida pública bruta da União, no mercado interno e no exterior, chegará a R\$ 873,6 bilhões em 31 de dezembro. Descontados os empréstimos a estados, municípios, empresas e pessoas, a dívida líquida federal cai para cerca de R\$ 350 bilhões. O gasto líquido com juros deverá ficar neste ano em R\$ 45,4 bilhões.

Senado vota aperfeiçoamento na legislação previdenciária

Será apreciado amanhã projeto, já aprovado pela Câmara, que permite punir diretamente o servidor público responsável por irregularidades

O Senado vota amanhã, na sessão deliberativa ordinária que começa às 14h30, projeto de iniciativa da Presidência da República que responsabiliza diretamente o servidor público envolvido em infrações à legislação previdenciária. A lei em vigor atribui a culpa das infrações ao dirigente do órgão ou entidade da administração. Na quarta-feira, dia 14, haverá a eleição da nova Mesa do Senado.

O projeto teve parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado na última quarta-feira pelos senadores que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

O relator José Fogaça acolheu o argumento apresentado pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, segundo o qual o texto da lei atualmente em vigor incorre em du-



Fogaça apresentou parecer favorável à matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

plia inconstitucionalidade. A primeira estabelece a responsabilidade objetiva do dirigente de órgão público pelas faltas ou infrações cometidas pelo órgão ou por servidor do próprio órgão.

A segunda ignora o direito de defesa do acusado, ao determinar a requisição de pagamento da multa a partir do primeiro pa-

gamento que se seguir à requisição, sem a observação do contraditório legal. O senador argumentou que tal situação dá, muitas vezes, margem à injustiça, já que o dirigente do órgão público, mesmo sem intenção de cometer qualquer infração, responde pelo erro ou negligência do funcionário.

CPI do Futebol vai discutir o fim do passe no dia 22

A CPI do Futebol marcou para o próximo dia 22 audiência pública para discutir o fim do passe — instrumento que dá aos clubes o direito de propriedade sobre os jogadores de futebol. A medida provisória que modificou a Lei Pelé, e está em vigor, fixou o dia 25 de março como data para a extinção do passe, mas os clubes vêm tentando junto ao governo rever o prazo, por meio de outra medida provisória.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), informou que os participantes da audiência pública serão definidos no dia 20. A CPI deve recomeçar amanhã a tomada de depoimentos com a presença dos ex-dirigentes do Vasco da Gama João Manuel de Almeida e Agathyrno da Silva Gomes (ex-presidente do clube). No dia 21, devem comparecer Levi Lafeté, conselheiro do Vasco, e Hércules Santana, candidato da oposição derrotado por Eurico Miranda na última eleição.

Althoff quer mudar a atual legislação e restaurar alguns pontos da Lei Pelé original. A prin-

cipal mudança que ele defende é a transformação de todos os clubes de futebol em empresas. "A origem das irregularidades no futebol é essa informalidade, o amadorismo dos dirigentes, a ausência de compromissos com o fisco, as leis cambiais. Por isso, todos devem ser

empresas", disse Althoff.

Ele informou à CPI que vai cuidar dos depoimentos e investigações até outubro, quando começará a elaborar o relatório final, que será acompanhado de um projeto de lei de responsabilidade administrativa para clubes e federações.



O senador Geraldo Althoff defende a restauração de pontos do texto original da Lei Pelé

Senado elege nova Mesa na quarta-feira

Serão realizadas duas reuniões preparatórias: a primeira escolherá o presidente, em escrutínio secreto, e a segunda definirá nomes dos parlamentares que exercerão duas vice-presidências e quatro secretarias, além de quatro suplências

O Senado reúne-se na quarta-feira para eleger a nova Mesa, que comandará os trabalhos da Casa no biênio 2001/2002. Ao contrário da maioria das eleições passadas, em que o Senado teve candidato único para a Presidência, geralmente indicado pelo partido majoritário, a disputa desta quarta-feira deve ser uma das mais acirradas da história da instituição.

Os senadores Jader Barbalho (PMDB-PA) e Jefferson Péres (PDT-AM) já se lançaram candidatos e ainda há a possibilidade de novos nomes pleitearem o cargo. Jader foi escolhido candidato pela bancada de seu partido e tem o apoio do PSDB, enquanto Jefferson recebeu o apoio de 16 senadores de partidos de oposição (PT, PDT, PPS, PSB e PV).

A sessão que escolherá o presidente será comandada pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que ocupou o cargo nos últimos quatro anos. Na ocasião, segundo o Regimento Interno, serão realizadas duas reuniões preparatórias da nova sessão legislativa,

a terceira da atual legislatura. A primeira elegerá o presidente, enquanto a segunda será destinada a eleger os outros seis membros da Mesa (dois vice-presidentes e quatro secretários), além de quatro suplentes.

A eleição será feita em escrutínio secreto e o eleito deve ter a maioria dos votos, presente a maioria da composição do Senado (41 senadores), em turno único. Para os demais cargos da Mesa, deve ser assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado.

PARTIDOS

O maior partido é o PMDB, que tem 26 senadores, quase um terço da Casa. Em seguida, vem o PFL, com 21. O PSDB é o terceiro, com 16, e o Bloco Oposição (PT e PDT) tem dez senadores. Essas bancadas devem ter assegurados cargos na



Jader Barbalho foi escolhido candidato pela bancada de seu partido, o PMDB, e tem o apoio do PSDB



Jefferson Péres é o nome indicado pelos partidos de oposição para concorrer à Presidência do Senado

Mesa, enquanto que os partidos menores – PSB (três senadores), PPS (três), PPB (dois) e PTB (um) – não devem estar representados na Mesa. O senador Luiz Otávio, do Pará, está sem partido.

Além de participar da Mesa, os senadores eleitos nesta quarta-feira farão parte da Comissão Diretora. Por outro lado, os membros da Mesa, com exceção dos suplentes, não poderão ser membros de outras comissões permanentes.

Escolhido presidirá também o Congresso e será o terceiro na linha de sucessão

O presidente do Senado, que também preside as sessões do Congresso Nacional, é o terceiro na linha de sucessão do presidente da República, atrás apenas do vice-presidente e do presidente da Câmara dos Deputados.

Na presidência das sessões do Congresso Nacional, o presidente do Senado conduz as votações dos vetos presidenciais a projetos de lei aprovados e de medidas provisórias. Junto com as Mesas das duas Casas do Congresso, o presidente do Senado promulga ainda as emendas à Constituição.

O presidente do Senado também é responsável por promulgar as leis, caso o presidente da República não as sancione no prazo constitucional. Segundo a Constituição, o presidente da Casa é responsável pela convocação extraordinária do Congresso em caso de decretação de estado de sítio pelo presidente, e, em conjunto com o presidente da Câmara, ele pode reunir o Legislativo extraordinariamente para tratar de assuntos considerados urgentes.

Nas sessões do Congresso e do Senado, o presidente tem a responsabilidade de incluir as matérias que devem constar da Ordem do Dia das sessões. Ele distribui ainda as matérias às comissões competentes, com o auxílio da Secretaria-Geral da Mesa. É ele quem decide sobre as questões de ordem formuladas pelos demais senadores. No caso de sessões solenes, o presidente tem o poder de designar os oradores.

Qualquer comunicado oficial do Senado destinado ao presidente e vice-presidente da República, ao presidente da Câmara, aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, chefes de governos estrangeiros, embaixadores, presidentes de parlamentos estrangeiros, governadores de estado e presidentes das assembleias legislativas deve ser encaminhado pelo presidente da Casa.

Ele dá posse aos senadores e convoca os suplentes, além de conceder licença a senadores. O presi-

dente só vota em caso de empate ou quando as votações são secretas, mas sua presença é contada para efeito de *quorum*. Nas reuniões da Comissão Diretora da Casa, porém, ele pode discutir e votar as matérias.

VICE-PRESIDENTE

Ao primeiro-vice-presidente do Senado compete substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos. A mesma função tem o segundo-vice-presidente, na falta do primeiro.

Já o primeiro-secretário, em plenário, é responsável por ler o expediente, sejam pareceres aprovados em comissões ou proposições apresentadas. Com exceção do que fica a cargo do presidente, o primeiro-secretário é responsável por enviar todas as comunicações oficiais do Senado. É ele quem cuida da distribuição de cópias de propostas em tramitação na Casa. O segundo-secretário lavra as atas das sessões secretas e o terceiro e o quarto secretário auxiliam o presidente na apuração das eleições.

Composição das comissões permanentes será alterada

Uma vez definida a nova composição da Mesa do Senado, na eleição marcada para quarta-feira, começará o processo de renovação das comissões permanentes da Casa. Os líderes partidários farão as indicações dos novos integrantes das comissões, que se reunirão – ainda sem data definida – com o objetivo de eleger os presidentes desses colegiados para mandatos de dois anos, simultâneos ao da nova Mesa.

A composição das comissões deverá assegurar “tanto quanto possível”, segundo o Regimento Interno do Senado, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos partidários. Após as indicações feitas pelos líderes, as comissões

têm prazo de cinco dias úteis para instalar seus trabalhos e eleger o presidente e o vice-presidente, em votações secretas. Ocorrendo empate, a eleição deve ser repetida no dia seguinte e, verificando-se novo empate, será considerado eleito o candidato mais idoso.

Os presidentes das comissões têm um papel decisivo na tramitação dos projetos que passam pelo Senado. Cabe-lhes, de acordo com o Regimento, ordenar e

dirigir os trabalhos da comissão, dar conhecimento de todos os projetos recebidos e designar os relatores para cada matéria. Além disso, eles devem resolver questões de ordem e agir como meio de comunicação entre a comissão e a Mesa do Senado.

Entre as competências das comissões, estão as de discutir e votar projetos de lei, convocar ministros para prestar informações, realizar audiências públicas

Os presidentes das comissões têm um papel decisivo na tramitação dos projetos que passam pelo Senado

com entidades da sociedade civil e opinar sobre o mérito de proposições submetidas ao seu exame, emitindo parecer sobre elas.

Além da Mesa ou Comissão Diretora, à qual cabe exercer a administração interna do Senado, existem

sete outras comissões permanentes na Casa: Assuntos Econômicos (CAE); Assuntos Sociais (CAS); Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Educação (CE); Fiscalização e Controle (CFC); Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); e Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Cada uma das comissões poderá, segundo o Regimento, criar até quatro subcomissões permanentes ou temporárias, a partir de proposta de qualquer um de seus integrantes.



Luiz Pontes saudou a sanção do projeto que obriga o INSS a pagar em até 60 dias as dívidas de pequeno valor

Pontes elogia prazo máximo para o INSS pagar dívidas

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) comemorou a sanção pelo presidente da República da lei que permite aos aposentados e pensionistas do INSS receber débitos de até R\$ 5.180,25 no prazo de 60 dias, sem a necessidade de expedição de precatórios. Os precatórios até este valor já inscritos no Orçamento do ano passado poderão ser liquidados em até 90 dias. "Com isso, acaba a angústia para milhares de brasileiros que enfrentavam as filas dos precatórios como verdadeiro tormento", afirmou o senador, que foi o relator da proposta no Senado.

Ressaltando o alcance social da medida, Pontes disse esperar que o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornêlas, torne mais rápido o pagamento dos

débitos favoráveis aos aposentados de menor poder aquisitivo.

— Não há a menor dúvida de que os créditos dos segurados da Previdência decorrentes de salários, vencimentos, proventos da aposentadoria, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez assumem a natureza de sobrevivência e que, por isso, não devem aguardar, junto com os demais, os prazos para pagamento de precatórios — ponderou o senador.

Luiz Pontes não crê em dificuldades orçamentárias para que o Executivo faça os pagamentos dentro do prazo de 60 dias, que é contado após o INSS receber a intimação sobre a decisão favorável ao segurado.

Ricardo Santos quer regularizar terrenos aforados pela União

Os ocupantes de terrenos aforados pela União poderão obter o título definitivo de propriedade e ter reduzido o valor do foro anual cobrado pelo uso desses terrenos, caso seja aprovado projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) em tramitação, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto prevê também a isenção de cobrança da taxa anual daqueles que utilizam os terrenos para acesso às suas propriedades, dos ocupantes inscritos até 1940 e quitados com o pagamento das taxas e daqueles cujas benfeitorias anteriores a 1940 correspondam a 20%, ou mais, do valor do domínio útil do terreno. Concede ainda a titularidade do domínio pleno do terreno aos que estejam na posse do imóvel com fundamento em título outorgado pelos estados ou municípios.

João Alberto aponta abuso contra estagiários

Segundo informações do Ministério do Trabalho citadas pelo senador, 30% dos estagiários encontram-se atualmente em situação irregular

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) denunciou o que considera "um abuso" contra estudantes que precisam realizar estágio profissional, de acordo com legislação de ensino nacional. Segundo o parlamentar, muitas empresas estão usando estagiários e aprendizes para se livrarem do ônus das obrigações trabalhistas.

A partir de informações da Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho, João Alberto disse que 30% dos 400 mil estagiários em exercício encontram-se em situação irregular.

— Os jovens estão sendo submetidos a subempregos, sem qualquer dos direitos estabelecidos pela lei, muitas vezes sem remuneração fixa e sem perspectiva de crescimento profissional ou de obtenção de vaga no mercado formal de trabalho — protestou.

As empresas que mais manobram com a contratação de estagiários e aprendizes são supermercados, empresas privatizadas, especialmente as de telefonia e de energia elétrica, e insti-



João Alberto diz que o estágio tornou-se um instrumento para as empresas fugirem de suas obrigações trabalhistas

tuições financeiras, segundo informou o senador.

Além disso, os estagiários estariam executando funções não ligadas ao curso ou à futura profissão, queixa-se João Alberto. Para ele, o problema do estagiário exige cuidado, encaminhamento adequado e supervisão rigorosa.

— Considerar o estagiário ape-

nas do ponto de vista da expressão econômica do trabalho e não da prevalência da aprendizagem é cultivar uma visão ultrapassada e mesquinha, desprovida de modernidade e deletéria para a empresa e para o conjunto da sociedade, esta, em última análise, a responsável pelo encaminhamento do futuro do país — afirmou.

Pauta do Senado na convocação extraordinária — Período: 29 de janeiro a 14 de fevereiro de 2001

Projeto	Assunto	Autor	Relator	Parecer	Tramitação
PLC 10, de 1996	Define os crimes de especial gravidade e altera dispositivos do Código Penal	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela inconstitucionalidade do PLC 10/96 e pelo desamparamento do PLS 104, de 1995	O Plenário aprovou ontem mensagem presidencial, acatando o pedido de retirada de tramitação do PLC 10/96. O PLS 104/95 continua tramitando normalmente
PLS 104, de 1995	Altera dispositivo da Lei de Execução Penal sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade	Romeu Tuma (PFL-SP)	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	O substitutivo foi aprovado em plenário ontem. A matéria volta à Câmara
PLC 45, de 1998	Altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a administração pública	Executivo	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Pela aprovação, na forma do substitutivo	O substitutivo foi aprovado em plenário ontem. A matéria volta à Câmara
PLS 292, de 1999	Dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo	Gerson Camata (PMDB-ES)	Renan Calheiros (PMDB-AL), na CCJ, e	Na CCJ, foi aprovado parecer de Calheiros, favorável ao PLS 614/99, na forma de substitutivo, que proíbe, com exceções, a venda de armas.	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na pauta da CRE. Segundo Pedro Piva, vice-presidente da CRE, a comissão não deverá realizar mais reuniões até o fim da convocação extraordinária, em 14/02
PLS 386, de 1999	Estabelece critérios para o porte de armas de fogo	Djalma Falcão (ex-senador)	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE	Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na pauta da CRE. Segundo Pedro Piva, vice-presidente da CRE, a comissão não deverá realizar mais reuniões até o fim da convocação extraordinária, em 14/02
PLS 614, de 1999	Proíbe a venda de arma de fogo e munição em todo o território nacional	José Roberto Arruda (PSDB-DF)	Pedro Piva (PSDB-SP), na CRE	Na CRE, Piva apresentou relatório favorável ao PLS 292/99, na forma de substitutivo, que proíbe o porte, mas não restringe a venda de armas	Os projetos, que tramitam em conjunto, estão na pauta da CRE. Segundo Pedro Piva, vice-presidente da CRE, a comissão não deverá realizar mais reuniões até o fim da convocação extraordinária, em 14/02
PLC 103, de 2000	Altera a redação da Lei Orgânica da Seguridade Social (altera a aplicação de multa a administradores públicos que atrasarem o recolhimento de contribuições ao INSS)	Executivo	José Fogaça (PMDB-RS)	No dia 05/02, o relator apresentou voto pela aprovação, sem alterações ao projeto original	O parecer foi aprovado pela CCJ no dia 7/2. No dia 8/2, foi aprovado requerimento de urgência para a matéria, que deve ser votada na sessão de amanhã
PLC 44, de 2000	Acrescenta dispositivos à lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (instaura regras para facilitar a sua entrada no mercado de trabalho)	Executivo	Iris Rezende (PMDB-GO)	—	Na reunião do dia 7/02, a CCJ decidiu adiar a apreciação do projeto
PLS 276, de 2000 (Complementar)	Acrescenta dispositivos à Lei de Responsabilidade Fiscal para uniformizar os mandatos de dirigentes do Poder Judiciário com o ano fiscal	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Ramez Tebet (PMDB-MS)	—	Na reunião do dia 7/02, a CCJ decidiu adiar a apreciação do projeto

"Proprietários de imóveis rurais vivem em permanente insegurança para produzir", afirma o senador Álvaro Dias



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Senador Eduardo Suplicy e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h30 — *Entrevista* — Maria Luzia Lamounier, diretora do Projeto Miquilim, fal sobre os meninos de rua
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — O álcool e a sociedade — parte 2
9h — *Cores do Brasil* — Tiradentes
9h30 — *Entrevista* — Senador Carlos Patrocínio fala sobre as fraudes nos concursos públicos
10h — *Debate* — Senador Eduardo Suplicy e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
11h — *Entrevista Especial* — Antônio Carlos da Silva fala sobre criatividade e inovação
12h — *Entrevista* — Senador Carlos Patrocínio fala sobre as fraudes nos concursos públicos
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Agenda Econômica* — Professor Reinaldo Gonçalves fala sobre o comércio exterior
14h30 — Sessão Plenária — (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Maria Luzia Lamounier, diretora do Projeto Miquilim, fal sobre os meninos de rua
19h — *Cores do Brasil* — Tiradentes
19h30 — *Debate* — Senador Eduardo Suplicy e o presidente

do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes, falam sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
20h30 — *Entrevista* — Senador Carlos Patrocínio fala sobre as fraudes nos concursos públicos
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária — (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — Sessão Plenária do Senado — (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Álvaro Dias propõe ratificação de terras em áreas de fronteira

Projeto exclui concessões ou alienações que não tenham sido feitas de acordo com a lei

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) quer ratificar os títulos de alienações ou de concessões de terrenos na faixa de fronteira. Para isso, apresentou projeto, que tem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), e encontra-se pronto para votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De acordo com o senador, a proposta tem como objetivo "levar tranquilidade aos proprietários de imóveis rurais que, mesmo tendo posse legítima, vivem em permanente insegurança para produzir".

Na justificativa do projeto, Álvaro Dias afirma que a iniciativa não pretende legitimar alienações e concessões feitas "ao arrepio da lei". Por esse motivo, o senador especifica que a ratificação pres-

supõe que a alienação ou concessão promovida pelo Estado tenha sido feita de acordo com as normas legais vigentes à época.

O parlamentar lembrou que, em novembro de 1999, foi aprovada a Lei nº 9.871, que estabelece o prazo de dois anos, a partir de 1º de janeiro de 2000, para que o detentor de alienação ou concessão dessas terras requeira ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a ratificação de sua propriedade ou concessão sob pena de perdê-la. Ao pedir apoio à aprovação de seu projeto, Álvaro ressalta que a "aplicação destemperada da Lei nº 9.871 pode levar ao descumprimento de direitos adquiridos e constituídos legitimamente, o que é vedado pela Constituição federal".

Comércio exterior é um dos temas em debate na TV Senado

O convidado de hoje do programa *Entrevista*, da TV Senado, é o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), autor do projeto que caracteriza como crime a fraude em concursos públicos e vestibulares. O projeto foi motivado pela frequência com que essas fraudes vêm ocorrendo no país, com o uso, inclusive, de mecanismos eletrônicos modernos. O programa vai ao ar às 3h30, 9h30, 12h e 20h30.

Ainda hoje, outra edição do programa *Entrevista* será exibida às 7h30 e 18h30. Dessa vez, a convidada é Maria Luzia Lamounier, coordenadora do Projeto Miquilim. Ela explica como funciona esse programa da prefeitura de Belo Horizonte que atende crianças que vivem na rua. Segundo a coordenadora, o projeto procurar fazer as crianças voltarem para casa.

Criatividade e Inovação é o tema do programa *Entrevista Especial* de hoje. Fernando Cesar Mesquita conversa com Antônio Carlos Teixeira da Silva, especialista no assunto, sobre as maneiras de se inovar na vida pessoal e no trabalho e da necessidade nos dias de hoje de ser não o melhor, mas diferente, e da

importância da criatividade no momento de resolver problemas e aproveitar oportunidades. O programa será apresentado às 11h.

Comércio Exterior é o assunto que o jornalista Helival Rios trata nesta segunda-feira no programa *Agenda Econômica*. O professor de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Reinaldo Gonçalves, fala da dificuldade dos países em desenvolvimento em colocar seus produtos nos grandes mercados. O *Agenda Econômica* vai ao ar às 13h30.

O programa *As cores do Brasil* traz hoje, às 5h, o vídeo *Índios Krahô*, cedido à TV Senado pelo governo do Tocantins. Originários do sul do Maranhão, os krahô tiveram contato com o branco pela primeira vez no final do século XIX. Hoje, vivem divididos em comunidades no norte e nordeste do Tocantins.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é o tema do programa *Debate*, que a TV Senado exibe hoje à 1h e às 6h30, 10h e 19h30. Participam do debate o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes.



CARTAS

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 — Voz do Cidadão

Boa impressão sobre o Senado

Como assinante desse importante veículo de informação que é o *Jornal do Senado*, passei a ter uma ótima impressão sobre o Senado da República, pois tenho acompanhado também através da TV Senado, os pronunciamentos e o desempenho dos senadores, quer em plenário, comissões e CPI, podendo assim ter o conhecimento de questões sobre os vários assuntos nacionais.

Luiz Lopes Corrêa — Osasco — S.Paulo (SP)

Matérias que enriquecem

Quero registrar neste informativo meu sincero apreço pelas matérias de cunho político-social que enriquecem nossa sabedoria. O Senado Federal é um poder de extrema importância no regime democrático e de liberdade de expressão. O Brasil, e em especial o seu povo, confia na garra e na determinação de seus políticos para combater as injustiças sociais que afligem nossa sociedade.

Célio Barba — Curitiba (PR)

Instrumento útil em sala de aula

Venho recebendo há um ano o *Jornal do Senado*, que tem sido relevante para me manter informado acerca do que ocorre nessa Casa. Muitas das informações nele veiculadas eu repasso para os meus alunos da disciplina Administração Pública, que leciono na UFPE. Gostaria de continuar sendo distinguido com o recebimento do mencionado jornal e renovar os meus agradecimentos.

Natanael Pereira Gomes — Recife (PE)

Clareza nas explicações

Oi, pessoal! Queria apenas dizer que, sempre que posso, leio o *Jornal do Senado*, e gasto muito porque vocês explicam de uma forma clara os acontecimentos.

Rúbia — Aracaju (SE)

TV Senado, uma feliz descoberta

Há pouco tempo descobri a TV Senado. Na mídia brasileira estavam faltando emissoras de televisão como essa e a TV Câmara, da Câmara dos Deputados. O nível de programação da televisão nacional está baixíssimo, no que concerne à informação cultural, pedagógica, filosófica, moral, espiritual e artística, não obstante os avançados recursos técnicos empregados. Pode acompanhar várias entrevistas, palestras, concertos, peças de teatro ou aulas sobre os mais variados assuntos. Estou encantado com a possibilidade que estou tendo de dilatar meus parcos conhecimentos. Parabéns a quem teve essa iniciativa, que bem demonstra preocupação com a elevação do nível de nosso povo.

Romeu de Oliveira Lopes — Anápolis (GO)

Quem tem medo de música clássica?

Venho por meio desta cumprimentar, primeiramente, este jornal, do qual sou assinante e por meio do qual não só fico por dentro dos assuntos políticos nacionais como identifico os senadores que realmente trabalham em prol do nosso país. Mas é preciso cumprimentar também a TV Senado pelo programa *Quem tem medo de música clássica?*. Simplesmente fantástico! Nota 1000.

Waldir Gomes Correia — Uberlândia (MG)

Acre promove "revolução" na saúde, afirma Tião Viana

A política de saúde implementada pelo governo do Acre em parceria com o Ministério da Saúde é uma verdadeira "revolução do simples", afirmou o senador Tião Viana (PT-AC) na sessão plenária de sexta-feira. Segundo ele, com poucos recursos e alto conteúdo social, o estado enfrentou com sucesso uma epidemia de dengue, desenvolveu o programa Saúde em Família e organizou a formação de profissionais capazes de dar respostas adequadas aos problemas de saúde específicos da Amazônia.

O Saúde em Família, similar ao modelo implantado em Cuba e baseado na criação de equipes médicas volantes, atinge 15 dos 22 municípios acreanos e, em um ano

e quatro meses, segundo o senador, reduziu a mortalidade infantil a quase zero e registrou melhoria dos índices de expectativa de vida da população atendida.

— A implantação do mais ousado programa de saúde do país é um marco do governo Jorge Viana — disse.

Os avanços registrados no Acre devem-se a parcerias estabelecidas com o Ministério de Saúde, reconheceu Tião Viana. Ele disse que, com recursos orçamentários da ordem de US\$ 10 milhões para investimentos no setor, o equivalente às despesas do governo americano apenas com o programa relativo à doença chamada "choque infeccioso", o Ministério da Saúde e as parcerias realizadas com o Acre demonstraram como é possível criar uma política de saúde para o país simples e barata.

Com metas bem estabelecidas e fiscalização, "é possível fazer muito com esse mínimo", reiterou.

Na área de formação de profissionais, informou o senador, o governo do Acre firmou parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), e fixou um modelo curricular de conteúdo holístico, sem hiperespecializações, já aprovado pelo Ministério da Educação.

Ademir cobra votação de projeto que impede o governo de vender Tucuruí

Proposta de senador inclui hidrelétrica entre as empresas que não serão atingidas pelo programa nacional de desestatização, ao lado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), que seja votado o quanto antes projeto de lei de sua autoria que inclui a hidrelétrica de Tucuruí entre as empresas que não serão atingidas pelo programa nacional de privatização, ao lado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Segundo o parlamentar, se o governo federal prosseguir no projeto de privatização que pretende, "as consequências serão desastrosas e os prejuízos incalculáveis para a região amazônica". Se aprovado, o projeto será também submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e ao Plenário do Senado.

Ademir afirmou que o governo, após privatizar as telecomunicações, as siderúrgicas, as mineradoras e as distribuidoras de energia, quer agora privatizar o sistema de geração de energia. E indagou:

— Se o governo quer vender o patrimônio do povo brasileiro, uma pergunta devemos fazer: Por que está construindo com recursos próprios a segunda fase da hidrelétrica de Tucuruí?

Para o senador, seria mais coerente conceder à iniciativa privada o direito de construir a segunda etapa da hidrelétrica, orçada em R\$ 2 bilhões. Segundo ele, o governo tentou fazer com que as indústrias de eletrointensivos (transformação de bauxita em alumínio) Albrás e Alunorte, em Barcarena (PA), e Alcoa, em São Luís (MA), que sozinhas consomem quase 40% da energia de

Tucuruí, empreendessem a obra.

— Não consegui, até porque as empresas não teriam motivação para fazer investimentos maciços se têm recebido somente facilidades por parte do governo. Só essas indústrias têm um subsídio equivalente a US\$ 200 milhões por ano, no custo da energia que consomem — afirmou o senador, lembrando que cinco anos de subsídios pagariam as obras. O fim do subsídio, informou, está previsto para 2004.

No discurso que pronunciou da



Ademir acusa governo de querer entregar Tucuruí quase de graça a grupo privado

norte — das outras, para que fosse atrativa ao capital privado.

Ademir Andrade apresentou requerimento de informações ao ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, solicitando, entre

tribuna, o senador criticou a quarta mudança na proposta de reestruturação do sistema elétrico para a região amazônica, em um curto espaço de tempo. Segundo o parlamentar, nas três primeiras havia o objetivo de separar a hidrelétrica de Tucuruí — única empresa rentável da Eletro-

outras coisas, o valor da primeira fase de construção da usina, assim como os planos para desestatização da hidrelétrica. Segundo o senador, a quarta proposta de reestruturação, apresentada pelo ministro à imprensa, prevê que a Eletronorte passe a dar lucro, contra um prejuízo de R\$ 700 milhões ano passado.

Assim, a empresa poderia concluir a segunda fase de Tucuruí e ainda investir em obras como as hidrelétricas de Belo Monte, em Altamira (PA), e Ji-Paraná (RO), ou nas linhas de transmissão de Mato Grosso—Rondonia ou Tucuruí—Balbina. Mas a reestruturação contém, segundo o senador, uma segunda fase, na qual serão separadas as áreas de geração, transmissão e serviços da Eletronorte para, então, ser privatizada Tucuruí.

— Por isso é que manifesto meu veemente repúdio contra o ato deste governo que quer entregar a um grupo privado, quase de graça, uma hidrelétrica de 8.125 MW, que é a quarta usina hidrelétrica do mundo em potência instalada e a maior genuinamente brasileira, já que Itaipu é binacional — disse o parlamentar, lembrando que, com a conclusão da segunda fase, a empresa deverá ser vendida por R\$ 1,5 bilhão.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) perguntou se será cobrado pedágio nas eclusas de Tucuruí das embarcações que navegarem na hidrovía Araguaia—Tocantins. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) parabenizou a iniciativa de se preservar Tucuruí, lembrando que a hidrelétrica possibilitou a implantação das fábricas de eletrointensivos na região.

Epidemia de dengue abala cidade paraense, diz senador

A existência de uma epidemia de dengue na cidade de Tucuruí (PA) foi denunciada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). Ocupando a tribuna do plenário na sexta-feira, afirmou que a cidade vive "um momento de terrível calamidade".

O parlamentar disse ter uma ligação muito próxima com o município, onde iniciou sua vida política e no qual tem suas propriedades. Por isso, comunica-se por telefone com quatro a cinco famílias da localidade todos os dias, ficando então sabendo que todos estão com a doença.

— Estou completamente assustado, para não dizer apavorado. A impressão que se tem é que cem por cento da população está contraindo a doença. Os hospitais estão lotados — afirmou o parlamentar, para quem os moradores da cidade estão vivendo "algo assustador".

Ademir Andrade reclamou que a imprensa de seu estado não tem dado o devido destaque à epidemia. Ele pediu atenção para o problema, tanto da imprensa quanto do Ministério da Saúde e do governo estadual. Lembrou que o governador do Pará, o ex-senador Almir Gabriel (PSDB), é médico.

Lauro critica Congresso por aprovar 24 MPs em apenas um dia

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou a maneira — que considerou açodada — com que o Congresso aprovou, numa mesma sessão, 24 medidas provisórias, sem a necessária discussão sobre seu conteúdo. "Foram manobras políticas para cá e lá e, de repente, os parlamentares aprovaram tudo numa única sessão conjunta", disse.

Ele elogiou, no entanto, a iniciativa do Senado de aprovar o projeto que proíbe propaganda de cigarros e de outros artigos de fumo. Segundo o senador, o

capitalismo apropriou-se do fumo ritual dos índios e o transformou numa mercadoria que vicia e mata as pessoas. O instrumento que leva as pessoas a se viciarem no cigarro é, justamente, a propaganda, disse.

Lauro Campos elogiou também o grande debate que se travou na Casa sobre o assunto, dando espaço para argumentos de todos os matizes.

— Fiquei perplexo diante de se-



Lauro elogia Senado por aprovar restrição à propaganda de fumo

nadores declarando que o cigarro não vicia e que deixar de fumar é fácil, mas foi democrático que todos tivessem tido espaço para defender seus pontos de vista — afirmou.

O senador pelo DF lembrou ter deixado de fumar em 1976, quando morava na Inglaterra.

— E sofri muito para fazê-lo: angústia, tonteira, tremor nas mãos e dificuldade de falar. Fico satisfeito

de ter conseguido êxito, porque os médicos dizem que eu já teria morrido há doze anos, se tivesse continuado a fumar. O cigarro levou meu pai e quatro de seus irmãos à morte por enfisema e, provavelmente, este teria sido meu destino — afirmou.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Ademir Andrade (PSB-PA) e Carlos Wilson (PPS-PE), presentes à sessão, também disseram não fumar e Lauro Campos congratulou-os por estarem participando de uma "sessão não-fumante".

Patrocínio critica adoção do horário de verão

Senador diz que a economia de energia alcançada não compensa os transtornos sofridos pela população. Ele defende o estímulo a fontes energéticas alternativas

A vigência do horário de verão na maioria dos estados brasileiros recebeu críticas em plenário, na sexta-feira, do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Na sua opinião, os transtornos causados à população são maiores que a economia de energia esperada pelo Ministério de Minas e Energia. Em 2000, o país conseguiu economizar R\$ 20 milhões em tarifas e preservar apenas 1% do nível dos reservatórios, segundo Patrocínio.

— Não temos visto tanto benefício e utilidade no horário de verão, até porque está em pauta a construção de várias usinas geradoras no país — afirmou.

Patrocínio acrescentou que a medida proporciona uma economia de apenas dois mil megawatts

no horário de pico de consumo, das 18h às 20h, suficiente para abastecer por duas horas uma cidade de três milhões de habitantes.

O parlamentar admitiu a vulnerabilidade do sistema elétrico, mas disse acreditar que as dificuldades criadas na vida das pessoas, que sofrem com alterações no relógio biológico e são obrigadas a sair de casa antes do dia clarear, não compensam a adoção do horário de verão. A percepção desses problemas, segundo Patrocínio, alcançou os governos do Nordeste, que, com exceção da Bahia, decidiram não aderir ao horário de verão “por entender que as demandas sociais são mais relevantes”.

Patrocínio reconheceu o mérito das iniciativas que visam à econo-



Carlos Patrocínio lamenta as dificuldades criadas na vida das pessoas pelo horário de verão

mia de energia, defendendo condutas austeras nesse sentido, mas observou que a população não se tem mostrado sensível às campanhas.

— Nessas circunstâncias, não são válidas apenas as medidas governamentais, mas as propostas de diferentes origens destinadas a comba-

ter o desperdício e a reduzir o consumo — declarou o senador, que defende o uso de fontes energéticas alternativas para barrar um possível colapso e pôr fim à dependência brasileira de fontes internacionais.

As críticas de Patrocínio ao horário de verão receberam apoio dos senadores Carlos Wilson (PPS-PE) e Edison Lobão (PFL-MA). Para Carlos Wilson, o Ministério de Minas e Energia deve estudar maneiras mais corretas de economizar energia, pois os benefícios são insignificantes quando comparados aos transtornos à população. Já Lobão destacou a importância da utilização de fontes alternativas, lembrando projeto de sua autoria que prevê recursos para estudar o aproveitamento de energia eólica e solar.



Para Eduardo Siqueira Campos, é possível melhorar a questão dos medicamentos no país

Eduardo anuncia fabricação de remédio barato no Tocantins

Dentro de 90 dias, a Fábrica de Medicamentos do Tocantins (Farmatins) estará produzindo remédios mais baratos para a população de baixa renda, anunciou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). De acordo com o parlamentar, o governo do Tocantins está sintonizado com os esforços do ministro da Saúde, José Serra, no sentido de tornar mais acessível o preço dos medicamentos. A criação da Farmatins tem esse propósito, disse ele, que considera possível “senão solucionar, pelo menos melhorar a questão dos medicamentos no país”.

A iniciativa do governo do Tocantins vai contar com financiamento do Japão, que concedeu recursos da ordem de US\$ 88 mil para a aquisição de equipamentos. Eduardo Siqueira Campos informou que a indústria vai produzir remédios básicos como vermífugos, antianêmicos e anti-hipertensivos, entre outros, que serão vendidos a preços populares.

— A população brasileira, em sua esmagadora maioria, não tem acesso aos remédios, por seu preço incompatível com a bolsa popular — afirmou o parlamentar. Por isso, ele definiu como “edificantes exemplos” as iniciativas do governo do Tocantins, com a criação da fábrica de remédios, e do ministro da Saúde, com a produção dos remédios genéricos.

O senador disse ainda que esses esforços em favor dos medicamentos populares não encontram eco na indústria farmacêutica, que prioriza produtos de marca, com lucros certos. Para combater essa tendência do mercado, está sendo cogitada pelo governo a importação de genéricos, informou.

Carlos Wilson pede auditoria em contrato de eletrificação rural

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) encaminhou na sexta-feira proposta à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para que seja solicitada ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial na execução do contrato firmado entre a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras) e a Celpe (Companhia Energética de Pernambuco). Seu objetivo é esclarecer a “evidente estagnação do processo de eletrificação rural em Pernambuco”.

Carlos Wilson esclareceu que solicitava a auditoria baseado em resposta do presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto, a requerimento de sua autoria. Nessa resposta, o presidente da estatal afirma que existem “sérios indícios de má gestão dos recursos” da Reserva Geral de Reversão (RGR) destinada à implementação do programa Luz no Campo, em execução em Pernambuco.

Segundo Carlos Wilson, o contrato de financiamento, no valor de R\$ 34.649.410, assinado em 1999, vinha sendo respeitado. Com recursos do programa, foram ligadas 22.176 propriedades/domicílios ru-

rais, das 36 mil previstas.

No entanto, ele observou que, a partir de fevereiro de 2000, quando a Celpe passou a ser controlada por um grupo espanhol, ficou demonstrado que a empresa não vem mais realizando as metas contratuais. De acordo com Wilson, em 11 de fevereiro de 2000 foi assinado novo contrato de financiamento, no valor de R\$ 82.230.620, destinado à cobertura dos custos diretos de uma nova etapa do programa.



Carlos Wilson baseia seu pedido em informações do presidente da Eletrobrás

Já com a empresa privatizada, a própria Eletrobrás concluiria, em visita de acompanhamento à Celpe, que, apesar de a primeira parcela do contrato ter sido liberada em fevereiro de 2000, “até janeiro deste ano a empresa não tinha prestado contas de sua aplicação”.

Carlos Wilson comunicou que estava também enviando ofício à Agência Nacional de Energia Elétrica, solicitando informações sobre as medidas tomadas em relação ao caso. Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) adiantou que assim que receber o pedido de auditoria dará encaminhamento ao processo.

Maldaner propõe reforçar a defesa civil contra calamidades

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lamentou os estragos causados pelas fortes chuvas que atingiram, no início da semana, 24 municípios de Santa Catarina. Observando que várias cidades decretaram estado de emergência, ele pediu a aprovação de dois projetos de sua autoria transferindo mais recursos para a defesa civil.

Segundo o relato de Maldaner, as cidades de Palhoça, Armazém, Grão-Pará, São José, São Bonifácio, Urubici e Maracajá estão entre as mais prejudicadas pelas chuvas, que duraram 12 horas e destruíram estradas e plantações, desabrigando dezenas de famílias. Ele informou que na capital, Florianópolis, também ocorreram alagamentos.

Reconhecendo ser impossível impedir catástrofes naturais, Casildo Maldaner afirmou ser necessário que os governos se municiem de capacidade técnica e organização social para minorar os efeitos de calamidades como essas. Ele explicou os projetos de sua autoria destinados a transferir mais recursos para a defesa civil. O primeiro preconiza alterações no imposto de renda das pessoas físicas e jurídi-



Maldaner lamentou estragos em 24 municípios de Santa Catarina

cas. O segundo institui uma contribuição sobre seguros e altera a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.

— É um equívoco pensar na defesa civil somente nas horas de emergência — afirmou Maldaner, lembrando que é preciso prevenir as catástrofes.

Para evitar enchentes, o senador sugeriu o embargo de construções em encostas perigosas ou lugares alagadiços, propondo ainda que se impeça o despejo irresponsável de esgotos e lixo nas galerias pluviais. E aconselhou o esclarecimento da população para evitar comportamentos de risco.

Maldaner acrescentou que uma política eficaz de defesa civil deve reconhecer a importância da ação dos órgãos a ela vinculados, propiciando equipamentos e treinamento modernos. “Não podemos continuar de braços cruzados. Já não será sofrimento demais para as camadas mais pobres da população?” — questionou. Na opinião do senador, a aprovação de leis que redefinem a estrutura e o funcionamento da defesa civil pode significar uma mudança de mentalidade e atitude em relação ao assunto.